

Demarcar, educar: a cartografia educacional parelhense das letras no Sertão do Seridó norte-rio-grandense (1928-1930)

ARTIGO

1

Laísa Fernanda Santos de Fariasⁱ 

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

Olívia Moraes de Medeiros Netaⁱⁱ 

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

Juciene Batista Félix Andradeⁱⁱⁱ 

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, RN, Brasil

Resumo

O presente trabalho é o resultado da pesquisa acerca do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo, um projeto de erradicação contra o analfabetismo que ocorreu na cidade de Parelhas, Rio Grande do Norte, nos anos de 1928 até 1930, e alinhado ao conjunto de normas e condutas impostas pelos primeiros governos republicanos. Diante disso, tendo o Sertão do Seridó norte-rio-grandense como o principal cenário, esta pesquisa conclui que os processos educacionais, independente da época, influenciaram na organização e mudanças dos municípios, como também na forma como seus agentes compreendem seu espaço de vivência, bem como a forma desenvolvem sociabilidades.

Palavras-chave: Analfabetismo. Municípios. Sertão. Parelhas.

Demarcating, educating: Parelhense's educational cartography of letters in the Sertão do Seridó of Rio Grande do Norte (1928-1930)

Abstract

This work is the result of research on the Anti-Illiteracy Advertising Plan, a project to eradicate illiteracy that took place in the city of Parelhas, Rio Grande do Norte, from 1928 to 1930, and was aligned with the set of rules and conduct imposed by the first republican governments. Given this, with the Sertão do Seridó region of Rio Grande do Norte as the main setting, this research concludes that educational processes, regardless of the era, influenced the organisation and changes in municipalities, as well as the way in which their agents understand their living space and develop sociability.

Keywords: Illiteracy. Municipalities. Hinterland. Parelhas.

1 Introdução

No final da década de 1920, o estado do Rio Grande do Norte já evidenciava um processo definido, pelo historiador da educação Jorge Nagle, como um Otimismo

Pedagógico, ou seja, uma preocupação em investir maciçamente na ampliação de escolas e modelos de ensino a fim de extinguir o analfabetismo.

No limiar desse contexto, não só esta unidade federativa, mas boa parte do país testemunhou uma expansão de modelos de escolas de baixo custo¹, constituídos de metodologias instrucionais rápidas e que eliminassem a quantidade de iletrados, modelos estes que passaram a fazer parte do espaço sertanejo.

Um exemplo disso pode ser observado nas Escolas Rudimentares, que, por exigirem uma estrutura simples e de caráter emergencial — podendo ser instaladas, por exemplo, em casas de fazenda, sem a necessidade da organização típica de um Grupo Escolar —, além de atenderem a todas as características mencionadas no início deste parágrafo, tornaram-se, ao serem implantadas no sertão do Rio Grande do Norte, um símbolo do avanço das letras pelos rincões do estado.

Para se ter uma ideia de como essas escolas funcionavam, em seu Regimento Interno do ano de 1925, nos Artigos 1º e 2º do Capítulo I, conseguimos visualizar a seguinte orientação:

O ensino primário rudimentar será ministrado em todo o território do Rio Grande do Norte, suas escolas sendo fixas ou ambulantes serão criadas nos bairros, povoados, ou fazendas precisando ter no mínimo 50 analfabetos, será mista e compreenderá a leitura, a escrita, a linguagem, a contabilidade e as noções gerais de conhecimentos úteis. Os governos municipais, associações ou particulares se interessarem pela escola ficarão responsáveis pela casa, os materiais, e pela conservação do prédio (Costa, 2021, p. 15).

A partir do que pode ser observado acima, uma das primeiras características que pode ser analisada acerca dessa modalidade de escola era a sua versatilidade no sentido dos espaços que poderiam ser instalados: primeiro, o fato de ser mista, podendo, em suas salas de aulas, tanto alocar meninos quanto meninas; e, ainda, pelo fato de que

¹ Podemos citar, como exemplo, a lei da reforma paulista assinada por Washington Luís (Decreto nº 3.356, de 31 de maio de 1921) e, em Minas Gerais, os Decretos nº 8.162 e nº 8.225, ambos de 1928, que regulamentaram o ensino normal. Reformas como essas se espalharam pelo país, inspiradas nas capitais que expressavam o ideal de nação almejado pela República.



poderiam ser instaladas em uma comunidade rural ou que poderiam migrar para outras localidades.

Além disso, outra questão que pode ser analisada é o emprego das letras e do cálculo, o que nos leva a entender que havia uma emergência em relação à aprendizagem dessas disciplinas, até para que os cidadãos passassem a ler as leis, compreendessem o significado dos Símbolos Nacionais e ficassem cientes das recomendações da ordem e da civilidade republicana. Já os cálculos ajudariam na ciência da formação voltada para o entendimento das tecnologias e mudanças no mundo do trabalho que estavam começando a ocorrer na região.

Em Parelhas, município localizado no Sertão do Seridó norte-rio-grandense, o *Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo*, projeto criado em 1928 no mandato do prefeito Florêncio Luciano, elencou, para além do seu objetivo de avançar com a alfabetização da população, uma organização e um controle sobre os personagens alvo da educação naquela cidade. Logo, não bastava só alfabetizar, mas também instruir novos modelos de condutas que dessem conta de formar um cidadão aos moldes republicanos.

Além disso, a execução desse projeto de alfabetização promoveu novos diálogos entre o Sertão e o Litoral. À medida que o Departamento de Educação do Estado, bem como órgãos como o Departamento de Estatística, enviava mensagens via telégrafo para cobrar a assiduidade dos alunos ou solicitar dados sobre matrículas (como idade, sexo e endereço), estabelecia-se uma rede de troca de informações. Esse fluxo comunicativo permitia o acompanhamento, a distância, das atividades educacionais do Sertão em relação àquelas já existentes na capital.

O foco recai sobre a atuação das comissões criadas para demarcar, fiscalizar e inserir sujeitos nos processos de alfabetização, evidenciando como tais ações articulavam o Sertão do Seridó aos projetos pedagógicos republicanos de âmbito estadual e nacional.

Para tanto, usamos o termo cartografia educacional, pois compreendemos que à medida que este projeto avançava pela zona urbana, e principalmente na zona rural de

Parelhas, a paisagem geográfica do município ia sofrendo alterações, isto é, com a expansão das Escolas Rudimentares foram criadas estratégias para se chegar ao máximo de lugares em que o analfabetismo estivesse presente. E, atrelado a isso, evocamos a esta discussão o conceito de Município Pedagógico, termo cunhado pelo historiador e pesquisador da educação Justino Magalhães (2014; 2019), que traz como principal ideia o pensar da organização dos municípios a partir dos processos educacionais que estão sendo instalados, ou seja, a influência destes a partir do contexto em que são criados e executados.

Assim, quando falamos do município de Parelhas, antes dedicado quase exclusivamente à agricultura e à pecuária, vemos que ele também se transformou em um centro de difusão das letras e de formação educativa para sua população. “Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência” (Tuan, 1983, p. 10). Desse modo, para que se instalassem as Escolas Rudimentares, foi necessário demarcar aqueles que necessitavam dos seus serviços, além de vistoriá-los em seguida. Como bem teoriza o historiador Yi-Fu Tuan, uma determinada realidade pode ser conhecida por meio do constructo de uma experiência e, nesse caso, tínhamos a emergência de uma experiência educativa ocorrendo.

Para que este plano lograsse o êxito desejado, foi preciso identificar os lugares onde o analfabetismo atingia a população parelhense em sua maior força. Com isso, os processos de fiscalizações e, consequentemente, as comprovações estatísticas foram de fundamental importância, pois não só traziam um panorama geral de como se encontrava a educação em termos de instrução, como também ajudavam Florêncio Luciano a mapear os personagens desejosos de alfabetização.

Em alguns trechos da documentação do Plano, que serão evidenciados *a posteriori*, o analfabetismo será evidenciado como uma maldita praga presente no município, o que nos leva a problematizar que o seu acontecimento era visto como um “verme” instaurado na sociedade parelhense e que estava precisando de um “tratamento eficaz”, tal como se percebia nas documentações encontradas.

Demarcar era, antes de tudo, detectar quais os sintomas dessa “doença” que o analfabetismo representava, e a educação seria o maior remédio para sanar esta mazela. Para exemplificarmos melhor essa relação acerca do analfabetismo e da enfermidade, trazemos o exemplo da educadora Vanilda Pereira Paiva (1973), no trabalho “Educação Popular e Educação de Adultos: contribuição a história da educação brasileira” no qual, ao selecionar uma fala do membro da Academia de Medicina do Rio de Janeiro, Miguel Couto, ela destacou:

O analfabetismo não é só um fator considerável na etiologia geral das doenças, senão uma verdadeira doença, e das mais graves. Vencido na luta pela vida, nem necessidades nem ambições, o analfabeto contrapõe o peso morto de sua indolência ou o peso vivo de sua rebelião a toda ideia de progresso, entrevendo sempre, na prosperidade dos que vencem pela inteligência cultivada, um roubo, uma extorsão, uma injustiça. Tal a saúde da alma, assim a do corpo; sofre e faz sofrer; pela incúria contrai doenças e pelo abandono as contagia e perpetua [...] (Miguel Couto *apud* Paiva, 1973, p. 99).

Neste sentido, ao ser considerada uma doença, e das mais graves, o analfabetismo se colocava enquanto um empecilho aos avanços do progresso do país. O cidadão, ao ser contagiado pelo aprender e pela necessidade de conhecer as letras, consequentemente teria a sagacidade de contribuir com o desenvolvimento do seu espaço de vivência. Porém, é necessário que tenhamos ideia dos alcances e efeitos que este Plano de Alfabetização trouxe para além do seu principal objetivo que era o de instruir, ou seja, é importante pensar nessa reorganização dos processos de sociabilidades, das mudanças que estavam ocorrendo no aspecto urbano e, dessa maneira, na educação enquanto uma instrumentação valorosa desse processo.

O *Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo* interferiu, direta e indiretamente, tanto nas transformações físicas, com a instalação de novos prédios escolares, quanto nas transformações sociais. O processo de letramento modificava a forma como esses estudantes passavam a compreender seu município e o próprio país. Tratava-se de um letramento republicano, cuja principal intenção era formar cidadãos conscientes das ordens e valores que deveriam seguir. Assim, esse processo ocorrido na cidade de Parelhas, no final dos anos de 1920, passa, a partir de então, a ser detalhado por meio

de duas perspectivas: no trabalho das Comissões de Propaganda Contra o Analfabetismo e na aplicação dos recenseamentos realizados por esses grupos. A escolha por trabalhar esse recorte se dá, em grande medida, no que concerne ao entendimento dos diálogos que atravessavam Sertão e Litoral quando o assunto era a ampliação da educação.

6

Para que possamos compreender como se efetivou esse processo, utilizaremos fontes que estão ligadas às Portarias, aos Decretos, às Leis e, ainda, ao relatório de mandato do prefeito Florêncio Luciano no intuito de deixar o leitor ciente de como o trabalho do Historiador da Educação conseguiu obter, neste caso, observação de dois acontecimentos importantíssimos, isto é, pensando em como o Sertão pode ser lido pelo viés das educabilidades, bem como na contribuição para o pensar em que medida essa experiência educativa naquela cidade acabou instituindo uma municipalidade pedagógica.

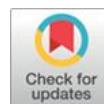
A escolha dessa perspectiva, a fim de entender os primeiros processos educacionais da cidade de Parelhas, convida-nos a fazer uma travessia não só por essa localidade, mas também pelos diálogos que fizeram com que o Sertão se conectasse com o restante do país a partir das educabilidades estabelecidas pela época.

Assim, este artigo está organizado em duas seções: na primeira, apresentamos o contexto de formulação do Plano e a lógica de constituição das comissões educativas; na segunda, analisamos os recenseamentos como prática de produção de uma cartografia educacional no município de Parelhas.

2 Demarcar e fiscalizar para letrar: a cartografia educacional do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo

Em ligeiras palavras, o senhor presidente se congratula pela feliz escolha do senhor Prefeito Municipal sabendo tão bem distinguir entre tantos filhos desta nobre terra ora presentes, foram os escolhidos para missão mais nobilitante de





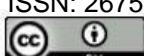
que se é possível ser membro a que abrindo aos pobres cegos da luz divina do saber, a brecha por onde se infiltrará a corrente sublime da ilustração, encaminhada pela fenda reta da sabedoria, a horizontes sonhadamente vislumbrados. (Trecho da Ata da Comissão Central de Propaganda Contra o Analfabetismo, 05 de abril de 1929).

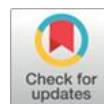
Em 1929, o *Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo*, na cidade de Parelhas, estava em ascensão. O trecho da Ata de abertura desta narrativa não só contextualiza uma reunião de alguns integrantes deste Plano, mas nos dá a dimensão do que estava ocorrendo naquele momento na educação parelhense.

A citação que iniciou esse tópico faz parte das fontes que serviram de base para as reflexões que estão e serão discutidas ao longo desse texto. Assim, a leitura desse acervo foi inicialmente feita pelas atas das reuniões que pensavam na execução do Plano, a partir dos recenseamentos escolares, por meio das leis que regeram a educação do município naquele período, bem como nos pedidos de retorno da frequência dos alunos que frequentavam as instituições educativas. Além disso, o relatório de mandato do prefeito Florêncio Luciano, apresentado à casa legislativa de Parelhas, em 1930, mas referente aos anos anteriores, foi de fundamental importância para compreendermos o que o chefe do executivo pensou ao instalar aquele Plano.

Assim, o que encontramos entre as caixas do Arquivo Público Municipal de Parelhas? Diversos documentos que serviram como indícios e evidências capazes de confirmar, ou ao menos direcionar, a compreensão sobre o que foi esse projeto educacional idealizado na primeira gestão do mandato daquele prefeito parelhense.

O Plano constituiu-se em uma proposta de erradicação do analfabetismo e, durante sua execução, lançou mão de diversos artifícios para garantir a concretização de seus objetivos. Mediante isso, para que haja um melhor entendimento de como as atividades do Plano funcionaram, falaremos, neste trabalho, das criações das Comissões Urbana, Rural e Central contra o analfabetismo que tiveram papel importante na demarcação e na fiscalização daqueles que vieram a ser alfabetizados pela iniciativa daquele município pedagógico.





A escolha por analisar as atividades realizadas por essas comissões do Plano não é suficiente, obviamente, para detalhar os processos educacionais realizados por ele no dia a dia de seus processos educacionais; porém, ao investigarmos as suas várias funções, conseguimos compreender de que maneira as matrículas, assiduidades e aulas estavam funcionando.

8

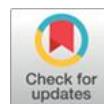
A estrutura do Plano era, ao mesmo tempo, pensada e problematizada nas atas das reuniões de suas Comissões. Também se concretizava nas instalações das Escolas Rudimentares e em toda a organização pedagógica. Além disso, envolvia a fiscalização dos alunos, realizada por meio de vistorias em nível municipal e estadual, e os pedidos de materiais escolares feitos pelos professores contribuintes do Plano à Prefeitura Municipal. Por fim, incluía a confecção de relatórios enviados a Natal, nos quais se registravam informações sobre os alunos e sua assiduidade nas escolas atendidas pela política pública em questão.

A educação era vista como um caminho fundamental, pois não apenas visava eliminar um mal como o analfabetismo, presente tanto no país quanto no contexto local pesquisado, mas também contribuía para a difusão de novos conhecimentos, para a internalização de valores e para a formação moral e cívica dos habitantes do município, fortalecendo, assim, os sentimentos patrióticos e a construção de uma identidade nacional. Deste modo:

Mergulhado em altas taxas de analfabetismo que beiravam os 80% no início do século XX, o Brasil necessitava ampliar o número de vagas nas escolas, contratar professores, diretores e construir escolas, criar um ministério voltado para a questão educacional e acionar intelectuais qualificados para erradicar uma das vergonhas nacionais: o analfabetismo (Buriti, 2004, p. 03).

Neste sentido, a maior parte das necessidades citadas acima foram realizadas pelo *Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo*, o que nos leva a crer que o diálogo e as influências relacionadas à educação estavam em grande circulação no país e, mais ainda, colocavam o Sertão em um patamar de contemporaneidade em relação às atividades que estavam ocorrendo em outras partes do Brasil.





A montagem e o investimento em uma estrutura educacional buscavam formar um novo ideal de homem brasileiro, associado aos símbolos pátrios e aos valores modernos que inspiraram os principais líderes republicanos. Essa proposta, moldada à imagem de uma sociedade nos padrões europeus, pretendia redesenhar também a figura do homem sertanejo — não mais identificada apenas com a agricultura ou o cultivo do algodão, que já se expandia no início da década de 1920, mas com a de um indivíduo instruído e atento às transformações civilizatórias de seu tempo.

A Lei municipal, que corresponde à instalação deste Plano educativo, relaciona-se ao Artigo 18º, alínea b, da Lei de número 07, de 26 de setembro de 1928. Todavia, a expansão deste empreendimento se deu a partir do ano de 1929, quando ocorriam as articulações e determinações relacionadas à ampliação da educação no município por meio da criação das Comissões Central, Urbana e Rural contra o analfabetismo, o que acompanhava, também, a expansão da educação a nível estadual.

Logo, todo esse caminho não era algo gerenciado somente pela prefeitura municipal. A logística educacional imbuída desse ideal de expansão e modernização do sertão por meio da educação vinha sendo instalada a partir de um processo de demarcação do espaço e dos integrantes a serem alfabetizados. Isto se dava tanto pela fiscalização das aulas quanto pelo acompanhamento regular dos alunos por intermédio do governo do Estado do Rio Grande do Norte, que era representado, naquele momento, por figuras como Amphilóquio Câmara² e Nestor dos Santos Lima³, ambos ligados aos processos de fiscalização e vistorias do estado.

Neste sentido, o trabalho em prol do fim do analfabetismo na sociedade parelhense foi estruturado pela atuação destas comissões e da aplicação dos recenseamentos feitos por elas. Outra questão que também podemos destacar são as nomeações de professores e as criações das Escolas Rudimentares, que começaram a

² Amphilóquio Câmara, inspetor de educação desde 1911, tinha entre suas funções a fiscalização das escolas no Rio Grande do Norte.

³ Nestor Lima, Diretor Geral da Instrução Pública entre 1924 e 1929, destacou-se como importante intelectual da educação. A relação dele e de Câmara com o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo é analisada por Farias (2021) em sua dissertação disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/63df7b5d-e0e6-4709-a485-9e137587cc4d>



mudar as paisagens urbana e rural do município, além do próprio investimento público nas estruturas físicas e humanas em prol do funcionamento das escolas e da educação de forma geral.

Com o exposto, passamos a debater a trajetória do caminho educativo do Plano e, com isso, elencamos, neste momento, parte da documentação pesquisada no que se refere às atas das reuniões dos membros do projeto alfabetizador, escritas no mesmo período em que o projeto educativo estava sendo aplicado em Parelhas.

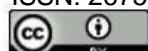
Neste material, além das informações sobre as discussões das comissões a respeito dos recenseamentos, das matrículas e da permanência dos alunos na escola, bem como dos relatos sobre os prejuízos causados pelo analfabetismo à população, foi possível perceber também os anseios e as expressões de cuidado dos integrantes do Plano em relação ao futuro educacional de Parelhas.

Em um dos trechos analisados, na ata da reunião do dia 9 de abril de 1929, extraímos a seguinte assertiva:

[...] lançou um apelo veemente a todos os filhos desta terra e principalmente aos membros da Comissão Rural, no sentido de que fosse iniciada uma campanha tenaz a maldita praga do analfabetismo primário competindo a eles membros da Comissão Rural lançarem mãos de todos os meios aos seus alcances, estimulando, auxiliando, convencendo os pais e meninos da superior idade incalculável no homem que sabe ler para o analfabeto (PARELHAS, 1929d, s/p).

Como é possível verificar no fragmento acima, a preocupação dos participantes desta empreitada educativa tinha um tom de urgência e desespero em sanar o que eles chamavam de uma *maldita praga* que era o analfabetismo. Mediante esse processo, após absorver um fluxo discursivo iniciado a nível nacional, o Plano principia em Parelhas um diagnóstico para saber como estava a “saúde” educativa dos seus cidadãos. Após isso, o projeto começou a aplicar uma das injeções de tratamento para o fim dessa “doença” presente em seus cidadãos e buscou derrubar esse obstáculo para o desenvolvimento do seu espaço.

Atrelado a isso, o convencimento e, por conseguinte, a participação dos pais dos alunos nesta campanha era de fundamental importância para o andamento do Plano.



Daí a ideia de propagandear a educação contra o analfabetismo, uma vez que se os pais dos alunos e demais cidadãos de Parelhas tivessem consciência da importância que era a alfabetização para seus filhos, aqueles sujeitos mostrariam-se como mais um auxílio em disseminar o recurso para acabar com o analfabetismo.

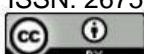
11

A tradição de um cotidiano voltado exclusivamente para a agricultura e para o manejo da terra contrastava com uma nova alternativa de vida. Essa nova perspectiva buscava favorecer a inserção de práticas de sociabilidade e projetos capazes de elevar o município ao patamar de progresso observado no restante do país. Esse contraste foi decisivo para incluir, no discurso educativo, o convencimento necessário aos pais dos alfabetizandos, a fim de que participassem, ainda que indiretamente, dessa transformação ao lado dos filhos.

Em razão disso, ao estimular, auxiliar e convencer os membros da comissão rural a sanarem o que eles chamavam de *maldita praga*, os integrantes da comissão central que compuseram a reunião, bem como a ata, discutiam os alcances que este projeto poderia levar para a zona rural e ainda a urgência em atender o maior número possível de analfabetos.

A partir disso, as comissões Rural, Central e Urbana contra o analfabetismo foram sendo criadas concomitantemente à instalação do Plano e tiveram como primeira função fazer os recenseamentos escolares e, em uma segunda abordagem, levar as informações de como se encontravam a assiduidade dos alunos quando já estavam matriculados em alguma instituição escolar. Era função delas informar à prefeitura e seus órgãos um controle bastante detalhado dos estudantes a serem ou que já estavam matriculados nas Escolas Rudimentares, bem como acompanhar a assiduidade e as atividades docentes. (Farias; Andrade, 2019). Vale salientar que os participantes dessas comissões eram professores, funcionários da prefeitura municipal de Parelhas, além da esposa do próprio prefeito.

Neste trabalho de mapeamento, essas comissões anotavam em sua documentação o nome do futuro matriculado, onde havia nascido, sua idade, sua filiação, se pertencia à zona urbana ou à rural, se estava matriculado em alguma escola



e ainda se sabia ler. Por meio disso, trata-se, em 20 de março de 1929, da Portaria de número 20 que define a criação dessas juntas – conforme pode ser visto a seguir:

12

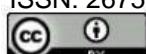
O prefeito municipal de Parelhas, de acordo com o que lhe faculta o Art. 18, letra b, da Lei N. 7, de 26 de Setembro de 1928, resolve criar as comissões de propaganda contra o analfabetismo no município, sem ônus para os cofres municipais, designando-os: a primeira, “COMISSÃO CENTRAL” composta de três membros: Presidente, Vice-dito, e secretário; a segunda, “COMISSÃO URBANA”, compondo-se de dez membros, que se regerá pelas instruções emanadas da Comissão Central, ficando diretamente subordinada a Prefeitura a qual receberá instruções (PARELHAS, 1929b, s/p).

Além dessas duas comissões, também foi criada, pela portaria de número 23, em 21 de março de 1929, a Comissão Rural contra o analfabetismo que, por sua vez, tinha a mesma incumbência das duas comissões acima citadas, sendo, ainda, subordinada à Comissão Central contra o analfabetismo.

Entende-se, assim, que esses grupos eram a terceirização deste transcurso educativo. Atuando enquanto receptoras dos sujeitos a alfabetizar e, posteriormente, a fiscalizar, as comissões desempenharam um papel crucial contribuindo para que o município obtivesse uma estrutura educacional específica e organizada, característica esta que facilitaria a disseminação de informações de cunho estatístico e que seriam enviadas para o Departamento de Educação, em Natal, como será visto mais adiante (Farias; Andrade, 2019).

Além disso, é interessante ressaltar que o uso do termo “propaganda” nas titulações tanto do Plano em si quanto de suas comissões pode ser problematizado na medida em que pensamos o emprego dessa expressão no que diz respeito à disseminação de alguma coisa, ideia ou projeto. Neste caso, a ideia era propagandear ou intensificar uma proposta de educação que atraísse os cidadãos do município aos interesses do governo de Florêncio Luciano e de toda pauta republicana e modernizadora.

Neste sentido, estes grupos se desdobravam em diversos membros que, estando mais próximos aos analfabetos, passaram a demarcar e, posteriormente, a enunciar a cartografia pedagógica no município de Parelhas por meio dos seus



processos de caminhada ligados a uma rede de informações montada no município para que o prefeito conseguisse visualizar a geografia educativa da situação local quando o assunto se referia a iletrados. Os membros das comissões, deste modo, tornaram-se o maquinário pedagógico necessário para manter o Plano funcionando de forma harmoniosa.

13

Um exemplo desse círculo de informações pode ser encontrado em um trecho da documentação do Plano, em que foi especificada a função da Comissão Central de Propaganda Contra o Analfabetismo, além de determinar qual era o papel que cada um de seus membros desenvolvia. Dessa forma:

À Comissão Central de Propaganda Contra o Analfabetismo, com sede nesta cidade, compete:

- Fornecer instruções as Comissões Rurais em tudo quantos julgar necessário para a desanalfabetização [sic] no Município, scientificando ao Prefeito, em relatório mensal das medidas tomadas e seus efeitos, tais sejam matrículas, medias de frequências, aproveitamento, lista dos matriculados e não matriculados extraídas das fornecidas pela Prefeitura, explicativas dos motivos por que se não matriculam e dos matriculados por que faltam.
- Ao Presidente da Comissão Central compete: acumular o cargo de Inspetor Escolar Municipal, inspecionando mensalmente, todas as Escolas Municipais e de tais visitas, em relatório circunstanciado expor ao Prefeito, etc, etc. (PARELHAS, 1929c, s/p).

Nesta tríade de comissões para o acompanhamento educativo, a Comissão Central de Propaganda Contra o Analfabetismo encontrava-se, como o substantivo lhe convém, no centro de todo o processo. Ficava a cargo dela recolher informações das outras duas juntas educativas (Rural e Urbana), como também repassar ao prefeito municipal o desenrolar do processo educativo.

Em um primeiro momento, é fundamental que algumas assertivas possam ser feitas. A primeira delas diz respeito à preocupação do grupo em orientar a Comissão Rural acerca dos processos que foram executados para garantir o fim do analfabetismo, além de informar ao prefeito Florêncio Luciano as atualizações das atividades educacionais que já estavam em andamento.

Em um segundo momento, tínhamos ainda a função específica do presidente desta Comissão Central que fazia a inspeção mensal de todas as escolas municipais e,



a partir dessas visitas, deveria entregar em “relatório circunstanciado ao Prefeito tudo que por elas aja ocorrido” (PORTARIA, 1929c, s/p).

É importante destacar que aquela Comissão Central era dividida de acordo com os seguintes cargos: presidente, vice e secretário; para além deste comitê, na sede da Prefeitura Municipal de Parelhas, também funcionava a Comissão Urbana Contra o Analfabetismo.

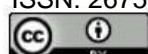
Não obstante partilhassem objetivos em comum, as duas comissões exerciam funções distintas. A Comissão Central era responsável por atender às demandas encaminhadas pelas Comissões Rurais, enquanto a Comissão Urbana tinha a incumbência de fiscalizar o ensino na cidade, especialmente por meio das vistorias realizadas no Grupo Escolar Barão do Rio Branco.

A citada Comissão Urbana, que era composta por dez membros, deveria apresentar mensalmente as informações de frequência, matrícula e rotina escolar à Comissão Central que, posteriormente, retornaria com as mesmas informações ao prefeito Florêncio Luciano. Compreendemos, então, que essas Comissões eram as engrenagens desse processo de efetivação do Plano e, também, as mantenedoras de seu funcionamento.

Desse modo, todos esses grupos tornaram-se tentáculos educativos. A distribuição do Plano foi decisiva para identificar o problema do analfabetismo em Parelhas. A partir desse diagnóstico, iniciou-se um esforço para inserir, nas “veias” do sistema municipal — isto é, na própria população —, o remédio capaz de combater tal adversidade. Afinal, “o analfabeto contrapõe o peso morto de sua indolência ou o peso vivo de sua rebeldia a toda ideia de progresso” (Couto, 1925, p. 701).

3 Recenseamentos como prática de produção de uma cartografia educacional no município de Parelhas

Os recenseamentos tornaram-se uma das principais formas de trabalho dessas Comissões do município de Parelhas, as quais, mais do que buscar informações acerca



da falta de letramento, também conseguiram exibir em sua documentação uma narrativa própria do lugar e daqueles que o estavam descrevendo. Os espaços que entravam no rol da pesquisa no tocante à detectação do analfabetismo foram expostos por uma leitura característica do município, como se pode ver neste exemplo de um recenseamento feito pelos membros da Comissão Rural indicado pela Portaria de número 16 do ano de 1929:

15

O Prefeito Municipal de Parelhas resolve desegnar os cidadãos João Manoel da Silva e Simião Oliveira, para faserem o recenciamento da população escolar e adultos analfabetos até 20 annos de idade, em duas zonas, a primeira é a partir da casa da residência do Cidadão Bernardino de Senna e Silva na propriedade Joaseiro e a segunda á partir da casa de residência do cidadão Antonio Garcia, na propriedade Boa-Vista, ambas neste Municipio, com os seguintes dados: nome, filiação, naturalidade, residência e se sabe ou não ler e escrever e se estão frequentando escolas públicas ou particulares. Cada zona terá um raio de meia léguas de ponto de partida (PARELHAS, 1929a, s/p).

Por meio desse trecho não só temos uma ideia detalhada de como funcionou essa dinâmica do recenseamento, no sentido de destacar quais os pontos que seriam mapeados referentes aos futuros alunos, como também as demarcações de onde partiram este recenseamento e até onde ele conseguiu chegar. É necessário pensar no alcance que a luta contra o analfabetismo abrangeu em todas as extremidades do espaço parelhense e não somente na zona urbana, transformando o discurso em uma prática de instrução. Logo, esse era um diagnóstico de fundamental importância, pois dava aos recenseadores uma noção dos lugares e das personagens que deveriam ser inseridas naquele processo de alfabetização e, consequentemente, nas instalações das Escolas Rudimentares.

Para analisar a maneira como esses recenseamentos desenharam uma cartografia educacional de Parelhas no final dos anos de 1920, escolhemos, para esta discussão, as ponderações do historiador Michel de Certeau no trabalho *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer* (2005) no que se refere aos espaços enquanto prática e resultado de uma série de influências de seus agentes. Para este estudioso,



Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais (Certeau, 1998, p. 202).

16

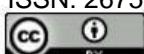
O conceito de espaço trabalhado por Certeau (1998) nos ajudou a compreender que, ao iniciarem os processos de recenseamento, as Comissões de Propaganda Contra o Analfabetismo acabaram produzindo um ambiente pedagógico dedicado às atividades do Plano. Estava circunscrito, na cidade de Parelhas, que, para além do espaço da agricultura, da pecuária e de seu tímido comércio, um novo recinto que correspondia aos processos educativos estava sendo implementado.

Essa nova caracterização geográfica se deu a partir dos recenseamentos citados, que, ao mapearem o problema do analfabetismo contabilizado em seus cidadãos, resultou em uma rede de troca de informações e de investimento na educação destes analfabetos. Logo, esse *Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo* era um grande espaço de investimento histórico daquele momento, que reforçava a historicidade dos espaços por meio da educação que aglutinava, também, as noções de progresso e civilidade.

Toda essa discussão remonta-nos à primeira parte deste artigo, quando utilizamos o conceito de cartografia educacional. O jogo dessas comissões móveis investiu em Parelhas uma nova categoria espacial preparada para e pela educação que, aos poucos, mudava as configurações da organização cultural desse município.

Com isso, as descrições expostas pelos recenseamentos tanto exibem a ordem dos lugares, ou seja, detalham o ponto de onde partiria a pesquisa como também a intenção do *ir em busca* de algo. Tem-se, assim, a estrutura de um percurso de espaço. Foi por meio dessa ação que a cidade foi investida de um direcionamento pedagógico a partir do seu modo de organização ou de seu *modus vivendi*, questão esta que vai desde a criação das instituições escolares até as práticas educativas de um modo geral.

Nesses moldes, a cidade de Parelhas envolveu-se em uma trama de jogos de



poder representados pelas leis, por decretos e por ações educativas, como o próprio recenseamento, produzindo uma estruturação do espaço enquanto narrativa na qual a completa “[...] cadeia das operações especializadas aparece toda pontilhada de referências ao que produz (uma representação de lugares) ou ao que implica (uma ordem local)” (Certeau, 1998, p. 205).

17

Após relacionarmos os testemunhos registrados na documentação do *Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo* com as reflexões de Michel de Certeau sobre os conceitos de espaço e lugar, podemos encerrar o raciocínio anteriormente desenvolvido. Ao trazer as ponderações desse historiador para a dinâmica do Plano, compreendemos que o espaço, entendido como prática, correspondia ao processo do recenseamento e às demarcações realizadas por meio dele. O lugar, por sua vez, manifestava-se na própria constituição das Escolas Rudimentares, cuja estabilidade conferia uma ordem a partir da qual emergiam novas e modernizantes relações sociais promovidas pelas ações educacionais em Parelhas, sobretudo na década de 1920.

4 Considerações Finais

A partir das discussões aqui realizadas, a intenção deste trabalho foi, a partir de um recorte de pesquisa, apresentar como uma experiência educativa no Sertão do Seridó estava em consonância com as atividades pedagógicas realizadas a nível estadual e de país e, ainda, como a utilização de certas microestruturas como as Comissões de Propaganda contra o analfabetismo tornaram-se meios para que as inserções da alfabetização fossem vistoriadas.

As análises empreendidas permitem compreender que o *Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo*, implementado em Parelhas entre 1928 e 1930, representou não apenas uma política de expansão do ensino rudimentar, mas também um instrumento de reorganização municipal e disciplinamento social.

As comissões criadas no âmbito do plano atuaram como vetores de um projeto civilizatório republicano, desenhando uma cartografia educacional que conectava o





sertão às diretrizes da modernização estatal.

Os recenseamentos realizados pelas comissões Urbana, Central e Rural se revelam, nesse contexto, como práticas à construção da cartografia educacional de Parelhas. Ao identificar, mapear e classificar a população analfabeta, essas ações não apenas operacionalizaram a política de alfabetização, mas também instituíram uma nova forma de ver e organizar o espaço municipal a partir de critérios pedagógicos.

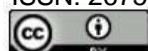
As comissões e o recenseamento tratam-se, portanto, de uma tecnologia de governo que articulou conhecimento, controle e territorialização, contribuindo para consolidar o município como um espaço estruturado pelas lógicas educativas do projeto republicano.

Assim, concluímos que o Plano e a sua estrutura física e simbólica conseguiram transformar esse município em uma espécie de laboratório pedagógico com o objetivo de tirar as pessoas do analfabetismo. Ao criar Comissões, promover desfiles cívicos, construir escolas, ofertar aulas, recensear e fiscalizar participantes do projeto, bem como pensar a escola como um espaço de produção de novos agentes e sociabilidades, o *Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo* tornou-se expoente singular em relação a uma experiência de educação no Seridó, no Sertão e no Brasil.

Portanto, este estudo contribui para o debate historiográfico ao evidenciar como microestruturas locais incorporaram e ressignificaram políticas educacionais de alcance mais amplo. Quanto às limitações, ressalta-se a ausência de fontes orais e de registros escolares que permitam acessar as experiências dos sujeitos alfabetizados. Pesquisas futuras poderão investir na reconstituição dessas memórias, ampliando a compreensão dos sentidos atribuídos à alfabetização no interior do Seridó norte-rio-grandense.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Distante e/ou do Instante: sertões contemporâneos, as antinomias de um enunciado. In: FREIRE, Alberto (org.). **Culturas dos Sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014.



ARRUDA, Gilmar. Cidades e Sertões: o historiador entre a história e a memória. **Projeto História**: revista do programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 19, 2019, p. 121-143. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10926/8087>.

ARAÚJO, Marta Maria. O Projeto Escolanovista no Rio Grande do Norte - uma das dimensões práticas das pautas modernizadoras do Governo José Augusto Bezerra de Medeiros (1924 -1927). **Revista História da Educação**. Pelotas, RS: número 01, volume 01. jan-jun/1997, p. 135-147. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30632/pdf>

19

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1. As artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes. 1994.

DANTAS, Manoel Gomes de Medeiros. “Escolas Rudimentares”. **REVISTA PEDAGOGIUM**. Natal: número 01, ano I, Empresa Tipográfica Natalense, Julho de 1921, p. 32-35.

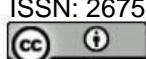
DANTAS, Manoel Gomes de Medeiros. “A Vida Sertaneja – prejuízos”. **O Povo**. Edição de 07 de dezembro de 1889, s/p.

FARIAS, L. F. S. de; ANDRADE, J. B. F. Florêncio Luciano e o Plano de Propaganda Contra o analfabetismo: modernização pela educação no Sertão do Seridó Potiguar – (1928-1929). **History of Education in Latin America - HistELA**, [S. l.], v. 2, p. e19500, 2019. DOI: 10.21680/2596-0113.2019v2n0ID19500. Disponível em:
<https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/19500> . Acesso em: 10 jan. 2025.

FARIAS, Laísa Fernanda Santos de. **Florêncio Luciano e o plano de propaganda contra o analfabetismo em Parelhas-RN**: uma experiência de educação entre o litoral e o sertão (1928-1930). 2021. 130f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) – Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

MAGALHÃES, Justino. O Município Pedagógico e a Escrita do Local. Centenário da Reforma Republicana da Administração Local. **Interações**, v. 10, n. 28, p.4-20. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/18117> Acesso em: 10 dez. 2024.

MAGALHÃES, Justino. Municípios de História da Educação. **Cadernos de História da Educação**, 2019. v.18, n.1, p.9-20, jan./abr. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/47611/25734> Acesso em: 10 dez. 2024.





MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. **Ser(Tão) Seridó em suas Cartografias Espaciais.** 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

NUNES, Clarice. A Escola Reinventa a Cidade. In: HERSCHEMANN, Micael Maiolino; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs). **A Invenção do Brasil Moderno:** medicina, educação e engenharia nos anos 1920-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 180-201.

20

PARELHAS. **Portaria nº 16.** Livro de Portarias da Prefeitura Municipal de Parelhas, 20 mar. 1929a. s/p.

PARELHAS. **Portaria nº 20.** Livro de Portarias da Prefeitura Municipal de Parelhas, 20 mar. 1929b. s/p.

PARELHAS. **Portaria nº 23.** Livro de Portarias da Prefeitura Municipal de Parelhas, 21 mar. 1929c. s/p.

PARELHAS. **Atta da 4ª Sessão da Comissão Central de Propaganda contra o Analphabetismo.** Parelhas: Livro de Atas da Prefeitura Municipal de Parelhas, 9 abr. 1929d. s/p.

VIANA, Eliseu. Escolas do Sertão. **Revista Pedagogium**, Número 11, ano IV. Natal: Empresa Tipográfica Natalense, Janeiro e Fevereiro de 1924, p. 05-08.

ⁱ Laísa Fernanda Santos de Farias, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2025-1259>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

Doutora em educação e supervisora na rede municipal de ensino da Prefeitura de João Pessoa/PB.
Contribuição de autoria: Escrita do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4075872461257574>

E-mail: nandafarias07@gmail.com

ⁱⁱ Olívia Morais de Medeiros Neta, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4217-2914>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Contribuição de autoria: Orientação e revisão.

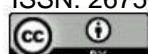
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7542482401254815>

E-mail: olivia.neta@ufrn.br

ⁱⁱⁱ Juciene Batista Félix Andrade, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4590-2951>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, RN, Brasil

Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus Caicó/RN.





Contribuição de autoria: Orientação e revisão.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9746207094429740>
E-mail: juciene.andrade@ufrn.br

Editora responsável: Genifer Andrade

21

Especialistas ad hoc: Julieta Borges Lemes Sobral, Wagner Rodrigues Silva e Luiz Eduardo do Nascimento Neto.

Como citar este artigo (ABNT):

FARIAS, Laísa Fernanda Santos de; MEDEIROS NETA, Olivia Morais de; ANDRADE, Juciene Batista Félix. Demarcar, educar: a cartografia educacional parelhense das letras no Sertão do Seridó norte-rio-grandense (1928-1930). **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 8, e15567, 2026. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/15567>

Recebido em 17 de maio de 2025.
Aceito em 16 de setembro de 2025.
Publicado em 01 de janeiro de 2026.

